

**COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA**  
**Ata da 5ª Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Transição**

<b>Data:</b> 14 de janeiro de 2016	<b>Local:</b> Anexo do MMA - SEPN 505 Norte, Bloco B, Edifício Marie Prendi Cruz, sala CT-01 - Brasília - DF
<b>Horário:</b> 10 hs até 16 hs	
<b>Número total de participantes:</b> Número De Membros Institucionais: 04 Número De Membros Corporativos: 01 Número De Membros Individuais: 00 Membros Do Governo: 03	
<b>Número de outros participantes</b> 1) Consultor intrínseco – ICMBio - 01 2) Secretaria e outros observadores: 0 Listagem completa de participantes: em anexo Presidente da reunião: Antonio Paulo de Azevedo Sodré	
<b>Agenda do Dia:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. <b>Introdução: boas vindas, encaminhamentos e deliberações da última reunião.</b></li><li>2. <b>Atualização sobre a composição e futuras reuniões do CP e PCA</b></li><li>3. <b>A questão da inserção dos OGs estaduais e Divulgação das contrapartidas dos OGs por MR</b></li><li>4. <b>Atualização sobre condições de desembolso</b></li><li>5. <b>Dados de Execução 2015 e Estratégias de Aceleração da Execução – PO 2016/2017</b></li><li>6. <b>BNDES - definição da estratégia de captação</b></li><li>7. <b>Atualização sobre contrato de doação do KfW</b></li><li>8. <b>Atualização sobre processo de contratação de novo gestor.</b></li><li>9. <b>Atualização sobre doações: GEF e Suez.</b></li><li>10. <b>Apresentação institucional Anglo American</b></li><li>11. <b>Encerramento e confirmação das datas das próximas reuniões do CFT</b></li></ol>	

Anotadas as presenças de 04 membros doadores do Comitê do Fundo de Transição (CFT), Antonio Paulo de Azevedo Sodré (WWF Brasil), Meg Symington (WWF US), Avecita Chicchón (Moore), Christian Lauerhass (KfW), Arthur Liacre (Anglo American), e Moara Giasson (MMA) e do Consultor Intrínseco, o ICMBio, representado por Antonio Sena. Estão presentes também, Thiago Barros e Renata Gatti (MMA), Aldo Souza (Anglo American), Andrea Leme (WWW-BR), Adriana Moreira (Banco Mundial), Manoel Serrão, Rosa Lemos, Ilana Nina e Clarissa Pimenta do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, instituição encarregada de exercer as funções de Secretaria Executiva do CFT.

O Presidente do Comitê do Fundo de Transição (CFT), Antonio Paulo de Azevedo Sodré, preside a reunião. O Presidente dá início aos trabalhos às 10h da manhã declarando aberta a reunião.

**I. Item 1 da pauta aprovada: boas vindas, encaminhamentos e deliberações da última reunião e aprovação dos itens da agenda**

Paulo abre a reunião comentando sobre a indicação de Marina Campos, Arthur Liacre e Marco Lentini como membros do Comitê do Programa (CP), e a importância da integração entre o CP e o CFT e o papel do Arthur enquanto membro dos dois Comitês.

Pergunta sobre a indicação formal dos novos membros, e Moara informa que o processo ainda está em andamento e que será necessária uma apresentação mínima sobre o Programa aos demais Ministérios para que a indicação seja feita. Todos ressaltam que a presença de Francisco Gaetani no Ministério do Planejamento irá facilitar os trâmites devido ao seu conhecimento prévio do Programa. Paulo reforça que seria importante agendar as reuniões do CP e CFT em dias consecutivos, quando possível.

Em seguida o Presidente fala sobre o desembolso aprovado e os pedidos de ajuste referentes à inclusão da contrapartida projetada para as 12 UCs novas no Programa, para as quais o MMA não possuía dados de contrapartida de 2014, e ao protocolo de monitoramento da biodiversidade que passa a ser implementado neste biênio. A preocupação é em relação ao orçamento superestimado que não tem execução correspondente e o desgaste que isso gera, é preciso tentar chegar em orçamentos que estejam próximos da real capacidade de execução do Programa. O terceiro ponto fala sobre o mandato do gestor internacional que será detalhado por Christian mais à frente.

Por fim Paulo fala sobre o mandato da Anglo American iniciado em outubro de 2015. Fica acordado que a Anglo, com apoio do Funbio, deve elaborar o estatuto do subcomitê corporativo e submetê-lo ao CFT e posteriormente os demais membros que integrem o subcomitê devem aderir a este estatuto.

**II. Item 2 da pauta aprovada: Atualização sobre a composição e futuras reuniões do CP e PCA**

Moara informa que os membros eleitos já foram comunicados e que já existe uma pauta e previsão de reunião do PCA em Brasília em fevereiro. A participação de Daniela Oliveira foi aprovada pelo Comitê do Programa como representante da Efetividade de Gestão já que ficou em segundo lugar com diferença de apenas um voto para o primeiro candidato. Marcelo Gonçalves (Efetividade da Gestão) reside em Londres, portanto não participará das reuniões, mas receberá os documentos para análise. Temas para discussão: criação das novas UCs e questões climáticas. A partir da reunião em fevereiro, o próprio PCA deverá estabelecer sua agenda de reuniões.

Sendo assim, o Painel está composto atualmente por seis membros: Marcelo Gonçalves e Daniela Oliveira (Efetividade da Gestão); Eraldo Matricardi (Mudanças Climáticas); Therezinha de Jesus

Pinto Praxe (Aspectos Sócio ambientais); e Eduardo Martins Venticinque (Biodiversidade) e Marcos Amend (Valoração Ambiental), que já eram membros do painel anteriormente.

Convite aos novos membros do CP será enviado em janeiro de 2016. Christian pergunta se haverá algum documento oficial com a indicação da nova formação do CP, Paulo informa que estará registrado na ata da reunião e Thiago lembra que o novo CP foi definido no Decreto 8.505, de 20 de agosto de 2015, onde é dito que os representantes devem ser indicados através de um ato de regulamentação do Ministério. Provavelmente a oficialização se dará sob a forma de uma portaria da Ministra do Meio Ambiente informando os nomes dos membros do CP, sem necessidade de constar no MOP. As informações do decreto já foram atualizadas no MOP, e a versão atualizada está disponível no site do Programa. Moara informa que quando tiverem todos os nomes definidos encaminharão por e-mail ao Comitê.

Thiago lembra que foram indicados na última reunião do CFT os representantes do WWF/Brasil, Moore Foundation e Anglo American como membros do CP. Com relação aos representantes da sociedade civil, foram buscadas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais as 44 entidades cadastradas com representação na região Norte. Será aberto ainda em janeiro um processo de candidatura e votação para que os próprios representantes dessas entidades possam decidir quem fará parte do Comitê do Programa, com titularidade e suplência.

Com relação aos estados, na última reunião do CP foi discutida a nova composição e os estados, representando a ABEMA (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente), junto com o MMA discutiram quais os critérios para fazer a representação em caráter rotativo. Os critérios poderiam ser a área ou número de UCs apoiadas pelo programa ou a maior aderência às metas e condições de desembolso estabelecidas pelo programa. Thiago coloca que esse segundo critério poderia funcionar como um estímulo aos estados para aderirem às metas e condições do programa. Dentro da própria ABEMA deveriam ser discutidos esses critérios para a apresentação da indicação dos representantes. Devem ser necessariamente estados com UCs estaduais apoiadas pelo programa.

Em relação às demais indicações, Thiago ressalta que o Ministério do Planejamento terá uma possível representação pela Secretaria de Orçamento Federal, cuja Secretaria Executiva foi assumida recentemente pelo Francisco Gaetani, anteriormente chefe da Secretaria Executiva no MMA, abrindo uma possibilidade de diálogo direto. Espera-se o retorno do órgão em janeiro a respeito dessa indicação. Moara coloca a importância de um contato direto entre os Secretários solicitando a indicação do Gaetani como forma de trazer o Ministério do Planejamento mais próximo do ARPA, já que os últimos indicados estavam distantes do programa e ausentes das reuniões. No Ministério da Fazenda há uma possível representação pela Secretaria de Política Econômica, considerando a importância dessa pasta dentro do MMA com a destinação de recursos e enquanto um programa de longo prazo.

Thiago informa que a previsão de indicação e publicação da portaria do novo CP é para o começo de março, com possibilidade de adiantamento para o mês de fevereiro. Paulo propõe que a próxima reunião do CP seja agendada próxima à reunião do CFT, em abril de 2016, viabilizando a participação dos doadores e demais participantes em ambas as reuniões, aumentando a integração entre as duas instâncias. Thiago lembra que não há periodicidade definida no MOP para as reuniões do CP, e que isso se dá em função da pauta de discussão, e, portanto, há uma flexibilidade para coordenar as datas das duas reuniões.

Thiago apresenta as atividades previstas pelo MMA para os próximos meses:

Janeiro:

**UCP e Funbio – reunião para a discussão de métricas de monitoramento de execução e melhorias do Cérebro**, mapeando gargalos e possibilidades de intervenção e também acompanhamento do fim dos recursos da Fase II e definição de como será feita a transição das UCs que eventualmente finalizem a execução de seus POs e passem a integrar a Fase III.

Paulo apresenta a proposta do Funbio sobre as possibilidades de melhorias para a execução, como o estabelecimento de um cronograma de solicitações dos POs, evitando a concentração de solicitações ao final do PO. Dessa forma, cria-se uma matriz de obrigações para os gestores, que devem cumprir e se organizar para realizar as solicitações previstas no PO. Thiago concorda com a importância dessa medida, e reforça que os processos que levam mais tempo, como a contratação de grandes serviços e consultorias, devem ser solicitados já no início do PO, de forma que estejam concluídos ao final dos dois anos de vigência do PO. Informa também que a UCP tem feito um monitoramento mensal das solicitações, que é enviada aos órgãos gestores para acompanhamento das solicitações e execução das UCs, realçando os pontos de atenção para que os pontos focais possam intervir. Thiago sugere ao Funbio que esse acompanhamento fosse sistematizado por meio de algum ajuste no sistema que envie alertas sobre os pontos que precisam de atenção a respeito da execução dos POs. Ressalta que as intervenções realizadas em 2015 já trouxeram resultados, elevando a execução de aproximadamente 30% no meio do ano para aproximadamente 50% ao final de 2015, considerando as solicitações. Paulo levanta também a importância de evitarmos a dupla análise e aprovação das solicitações pelas instâncias, e Thiago coloca que o ideal seria que a aprovação do PO já funcionasse como aprovação das solicitações para alguns bens que já têm especificação padrão aprovada como as caminhonetes e embarcações. Manoel explica a questão da formação de processos concentrando o maior número de solicitações possível, gerando ganho de escala uma vez que saímos do varejo e trabalhamos com compras globais.

**Comitê diretor do programa Paisagens Sustentáveis (Lima 27-29/jan):** Programa criado no âmbito do GEF, reuniu em uma lógica única de trabalho as doações que seriam feitas ao ARPA – FT e outras iniciativas na parte de mudanças climáticas e restauração de paisagens na Amazônia, em parceria com o Peru e Colômbia. Em Lima acontecerá o encontro entre as partes, onde será

detalhado pela primeira vez como o programa operará de forma integrada. Parte do recurso continuará para o FT, mas se iniciará também um intercâmbio com os outros países para a construção conjunta das atividades de restauração de áreas degradadas e clima na Amazônia. Participarão do encontro o MMA e o Funbio, enquanto parceiro do programa, e será discutida a elaboração do documento do projeto que deve ser apresentado em novembro ao Comitê do GEF e definido como será formado e o comitê que fará a gestão do programa.

**Revisão dos Planos Operativos para criação de novas UCs:** processos do sul do AM estão na casa civil, aguardando apreciação da presidenta. Um deles já teve o parecer positivo, mas a presidenta optou por avaliar o pacote. Esses processos auxiliariam no atingimento da meta de criação de 6,5 mi de hectares, e dois deles (PN Uacari e REBIO Guariba) poderiam pleitear apoio do ARPA posteriormente, já que são categorias apoiadas pelo programa.

Há também propostas de aumento de área do PN Juruena e PN Campos Amazônicos, o que aumentaria a área apoiada pelo programa e traria ganhos para as metas.

Meg questiona se para a meta de criação do programa devem ser consideradas apenas as UCs nas categorias apoiadas pelo ARPA ou não; UCP irá verificar a redação do MOP e responder. Thiago coloca que o cenário político para a criação de novas UCs no momento é bastante desfavorável, e que por isso optou-se também pela adesão de novas UCs já existentes no programa de forma a atingir a meta de 60 mi de hectares em consolidação.

#### Fevereiro:

**Reunião presencial do Painel Científico de Aconselhamento:** discussão das propostas de apoio à criação que ainda não passaram pela aprovação do CP e protocolos técnicos de monitoramento, incluindo as questões climáticas.

Eleitos do PCA:

Efetividade da Gestão - Marcelo Gonçalves e Daniela Oliveira como convidada.

Mudanças Climáticas - Eraldo Matricardi (UNB)

Aspectos Socioambientais: Therezinha de Jesus Pinto Praxe (UFAM).

Reunião em fevereiro para discussão sobre a ampliação dos protocolos de monitoramento e definição de um plano de trabalho.

**Oficina de Planos de Manejo com Estados (22-26/fev):** apoiar os órgãos gestores e UCs estaduais na definição e elaboração dos termos de referência para a contratação dos Planos de Gestão para essas UCs, possibilitando a solicitação das consultorias já no início dos POs. UCP realizou o convite aos estados que planejaram recursos para o Plano de Manejo para 2016/2017 e que ainda não têm esse instrumento contratado para participarem da oficina, a ser realizada na semana de 22 a 26 de fevereiro. Ilana lembra da importância de realização também das oficinas de Obras, e Thiago informa que esse seria o próximo passo visando à aceleração da execução do programa, se necessário

utilizando a contratação de um consultor que auxilie os gestores na elaboração dos termos de referência e demais documentos necessários à contratação. ICMBio irá participar como facilitador e orientador, por meio da Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo – COMAN, fornecendo o suporte técnico aos órgãos gestores e gestores das UCs na discussão e elaboração dos termos de referência.

Março:

**Reunião do CP** (previsão), podendo ser antecipada ou adiada para abril para ser realizada junto com o CFT.

**Reunião da Comissão de Gestores**, após novas eleições finalizadas em dezembro que elegeram quatro novos membros da comissão. A reunião servirá para elaborar um plano de trabalho, revendo os resultados do encontro de gestores realizado antes do CBUC em Curitiba, propondo ações com base no relatório do encontro.

**Revisão da FAUC (UCP)**: será realizada pela UCP visando modificá-la de forma a trazer informações mais detalhadas, auxiliando o processo de planejamento e acompanhamento dos avanços nos MRs do programa.

**Relatório L – Finanças específicas para os doadores**: de responsabilidade do Funbio, permite o acompanhamento da evolução dos desembolsos e execução do fundo. Ilana lembra que o relatório é elaborado em março, porém divulgado no mês de abril.

Abril:

**Reunião do Fórum Técnico**: discussão do aperfeiçoamento das rotinas e aceleração da execução do programa.

**Missão de Supervisão da Fase II do Programa**: coordenada pelo Banco Mundial e aberto o convite aos demais doadores. Haverá uma etapa de campo com visita à uma UC apoiada pelo programa. A previsão de realização é para a primeira semana de abril (4 a 8). A sugestão da UCP é que seja visitada uma UC estadual, já que na última missão foi visitada uma UC federal. Rosa sugere o Amapá, mas Thiago lembra que há apenas uma UC estadual no estado. Paulo informa que tem interesse em participar, e Aldo informa que a Coordenação de Áreas Verdes da Anglo também teria interesse em participar da missão.

**Relatório D – Efetividade Estendida**: baseado nos resultados do preenchimento do RAPPAM realizado pelos gestores durante as oficinas de Planejamento de Insumos em novembro. WWF está realizando a análise das informações.

**Status de criação de novas UCs:** 5 propostas federais com estudos finalizados (3,9 milhões ha – sul do AM), aguarda avaliação e publicação dentro da casa civil. Há 9 processos de criação estaduais em fase de elaboração do PO 2016/2017 para que ao longo de 2016 possam ser finalizadas as atividades de estudos e consultas públicas referentes a esses processos.

O CP aprovou 3 propostas de criação de UCs no estado de RR (868 mil ha). Essa área já está sob algum regime de proteção (APA), o objetivo é realizar estudos para desmembrar essa área e recategorizá-la para facilitar o processo de gestão das áreas. ACT em elaboração.

Meg pergunta sobre os 5 processos federais no sul do Amazonas, e Thiago explica que é um bloco de áreas que inicialmente seriam para assentamento agrário pelo INCRA, e o MMA conseguiu a transferência da dominialidade dessas áreas de uma pasta para outra dentro do congresso federal. Junto com o ICMBio, foram realizados os estudos de criação com apoio do ARPA a partir de janeiro e fevereiro de 2015 e foram identificadas áreas com a maior parte da questão fundiária resolvida, sem necessidade de deslocamento ou desapropriação de pessoas já que as terras já são da União. Aguarda-se agora fim do processo, que culmina com um decreto do Executivo determinando a criação da área. Thiago reforça a importância da criação das áreas enquanto controle do desmatamento devido à sua localização na fronteira com o MT, próxima ao arco do desmatamento. Até hoje não há UCs estaduais de RR no programa, e, portanto, está sendo elaborado o ACT que permite a participação do estado no programa ARPA.

### **III. Item 3 da pauta aprovada: A questão da inserção dos OGs estaduais e Divulgação das contrapartidas dos OGs por MR**

Em 2015 houve uma maior aproximação com os órgãos gestores do AC, AM, RR, RO e TO. Em 2016, será buscada uma aproximação também com AP, MT e PA. Já houve um início de conversa com MT. Paulo pergunta se houve algum avanço em relação ao Amazonas e Thiago lembra da dificuldade com perda de pessoal em 2015 que foi recentemente sanada. Inclusive os novos gestores já têm participação prevista para o curso de procedimentos em março de 2016. A visita do novo diretor do Banco Mundial para o Brasil às UCs da região do Baixo Rio Negro foi uma ótima oportunidade para reaproximação da equipe da Secretaria.

Foi realizado um contato também com o estado de Rondônia durante uma visita do MMA para monitoramento de quelônios.

A divulgação de informações sobre a contrapartida dos OGs por UC/MR ainda não é possível devido à estrutura própria dos sistemas orçamentários de cada OG. Está em processo de seleção a contratação de um consultor que fará o diagnóstico dessa situação e proposição de alternativas para a qualificação dos dados financeiros, que atenda também às necessidades dos governos estaduais. Paulo ressalta que não são necessários dados perfeitos, bastam dados confiáveis e que atendam às necessidades mínimas de relatoria do programa, auxiliando também os estados a realizar seu planejamento.

**IV. Item 4 da pauta aprovada: Atualização sobre Condições de Desembolso**

Nº	Condição de Desembolso	Status
1	MOP do ARPA alinhado com o Objetivo do Fundo de Transição	Disponível no site – versão outubro 2015
2	Inexistência de perda líquida de UCs	Ganho líquido de 6,7 milhões de hectares:
3	Relatórios Financeiros por UC	Contrapartida referente a 2015 deve ser enviada até abril de 2016 – sem detalhamento por MR Consultor para detalhamento dos dados financeiros dos OG em fase de seleção.
4	Plano de Consolidação	Elaborado em acordo com as metas do programa e disponível no site do programa
5	Requerimento por parte do MMA de Recursos adicionais para complementar o FT	- KFW (€31 milhões) – documentos em análise; - GEF (US\$ 30 milhões) – documentos em elaboração - Articulação com BNDES (ACT – R\$80 milhões)
6	Aumento da execução orçamentária do ICMBio	Meta alcançada (R\$17.667.674,34 – 20% de aumento)
7	Monitoramento da conservação da Biodiversidade	• Meta de 5 UCs federais do ARPA implementada; • Protocolo mínimo aprovado pelo CP e adotado para todas as UCs • Plano de implementação nas UCs estaduais elaborado (dez/2015)
8	Criação de novas UCs (conforme planejamento)	25% da meta (741.731 ha criados: meta 3 Mha) 5 processos na casa civil, 1 com parecer pronto
9	Aumento dos recursos Financeiros não- salariais	• Aumento de recursos para ICMBio e para os estados MT, PA, TO e AP • Consultor para qualificação dos dados financeiros em processo de seleção
10	Desempenho de consolidação	• Planos de consolidação elaborados em acordo com as metas do programa
11	Número Funcionários	• Conforme plano de consolidação das UCs • 68% (36) das UCs em grau I alcançaram a meta de 2 gestores por UC • 24% (9) das UCs em grau II alcançaram a meta de pelo menos 5 gestores por UC

Tabela 1: Acompanhamento das Condições de Desembolso

50



Paulo fala então sobre a revisão do modelo de custos e inclusão do protocolo de monitoramento que é algo que todos querem muito que aconteça. Funbio, WWF, MMA podem fazer esta revisão de forma conjunta, combinando diferentes experiências.

Thiago coloca que a inflação utilizada no modelo pode não ser a mais adequada e que talvez seja possível utilizar índices mais apropriados. Paulo sugere a criação de um índice próprio do Programa considerando as despesas constante que são executadas e lembra que a revisão não pode esperar 05 anos e deve ser feita com mais frequência e passar pela aprovação do CFT.

Meg lembra que John, responsável pela elaboração da 1ª versão do modelo, irá entrar em contato com a UCP esse ano para a elaboração de um manual para a revisão do modelo. Manoel informa que a ideia é que no futuro haja um sistema que facilite a operação do modelo e permita a inserção dos dados reais de execução para a calibragem do mesmo. Thiago lembra que através de outros projetos como o LifeWeb, melhorias de sistemas como esta já estão sendo desenvolvidos. Manoel ressalta que o Arpa tem um potencial enorme de gerar conhecimento e transbordar soluções Gestão para projetos em outros biomas.

Thiago prossegue falando sobre as condições de desembolso e explica que a condição número 07 foi considerada atendida ainda no ano de 2015. Após a última reunião do CFT, ocorreu a aprovação do protocolo mínimo de monitoramento da biodiversidade na reunião do Comitê do Programa em 05/11/2015. Este protocolo definido passa a ser adotado por todas as UCs do Arpa. O passo seguinte foi desenhar a estratégia de implementação do protocolo em todas as UCs, em específico para as UCs estaduais, já que o protocolo foi desenvolvido pelo ICMBio e, portanto, as UCs federais já possuíam a expertise. Foi realizada uma oficina em dezembro com as UCs estaduais e foi determinada quais seriam as atividades a serem desenvolvidas, assim como o período de implementação ao longo do biênio 2016/2017.

Já a meta 08 ainda não foi atingida, já que os processos de criação previstos não foram concluídos. Em relação ao aumento dos recursos financeiros, Thiago coloca que há estados recebendo recursos de outros projetos que não são apresentados como contrapartida e que estes recursos precisam ser relatados. O consultor que está sendo contratado poderá auxiliar nisto também.

Em relação aos Funcionários alocados nas UCs Thiago fala que este continua sendo um gargalo e coloca a possibilidade de, a exemplo da questão de relatoria, contratar um consultor para pensar alternativas já que através dos concursos públicos não está sendo possível suprir as vagas necessárias. Talvez seja possível alguns ajustes na legislação para que seja possível principalmente o uso de pessoal local. Moara coloca como papel do programa auxiliar os órgãos gestores nessa questão, pensando em alternativas. Há uma conversa com o IPE e deve ser elaborado um estudo para pensar em alternativas a essa questão. Moara fala ainda da falta de apoio a estudos mais direcionados às questões jurídicas e administrativas.

Thiago retoma a questão do valor do desembolso que sofreu dois cortes devido ao não cumprimento das condições 07 e 08. Entretanto, considerando que a meta de monitoramento foi atingida o valor seria recalculado passando de R\$21,9 milhões para R\$22,4, ou seja, um acréscimo de R\$500 mil.

OG	Nº UC	Desembolso Aprovado em outubro/2015	Desembolso revisado (CD 7)	Diferença
RO	4	3.061.602	R\$ 3.244.384,05	R\$ 182.782
AM	7	4.644.178	R\$ 4.921.442,21	R\$ 277.264
TO	1	747.395	R\$ 792.015,65	R\$ 44.621
ICMBio	23	13.482.222	R\$ 13.482.221,95	R\$ 0
<b>Total</b>	<b>35</b>	R\$ 21.935.397	R\$ 22.440.063,86	R\$ 504.666,86

Tabela 2: Valores a partir da revisão da aplicação da fórmula de desembolso

Thiago complementa dizendo que os custos de implementação do protocolo monitoramento não estavam totalmente considerados no modelo de custos e que a partir da oficina para detalhamento do processo de implementação foi possível fazer um cálculo mais preciso do recurso necessário para os próximos dois anos, chegando a um valor de R\$75 mil por UC por ano.

Considerando então a revisão no corte a partir do cumprimento da condição 07 e o ajuste no modelo para custeio da implementação do protocolo de monitoramento o MMA recomenda desembolso complementar de R\$3.052.625,43 em relação ao aprovado na reunião do CFT em outubro/2015. Todo este recurso complementar será alocado prioritariamente no MR de monitoramento.

50

OG	Estimativa de Custo (com inflação)	Contrapartida projetada 2016	Contrapartida projetada 2017	Estimativa de Desembolso FT	Valor após aplicação fórmula de desembolso (CD 08)	Desembolso aprovado (out 2015)	Desembolso Complementar (jan 2016)
RO	5.286.355,99	562.254,17	682.002,24	4.042.099,58	<b>3.587.363,38</b>	3.061.602,00	<b>525.761,38</b>
AM	6.747.880,20	171.457,90	376.350,09	6.200.072,21	<b>5.502.564,08</b>	4.644.178,00	<b>858.386,08</b>
TO	1.633.434,99	304.584,29	356.907,37	971.943,33	<b>862.599,71</b>	747.395,00	<b>115.204,71</b>
ICMBio	31.485.247,13	6.754.060,00	7.789.784,03	16.941.403,11	<b>15.035.495,26</b>	13.482.222,00	<b>1.553.273,26</b>
<b>Total</b>	<b>45.152.918,31</b>	<b>7.792.356,36</b>	<b>9.205.043,72</b>	<b>28.155.518,23</b>	<b>24.988.022,43</b>	<b>21.935.397,00</b>	<b>3.052.625,43</b>

Tabela 3: Resultados do modelo financeiro após ajuste do modelo de custos para cobertura dos gastos com implementação do protocolo de monitoramento da biodiversidade

Paulo coloca que a alocação de mais R\$3 milhões provavelmente irá reduzir ainda mais a % de execução do valor planejado. Thiago replica que esse aporte é necessário para possibilitar a implementação dos protocolos de monitoramento, que caso contrário sequer poderão ser realizados. Rosa pergunta se não seria possível remanejar esse valor de outros subprojetos; Thiago coloca que todo o planejamento foi feito considerando os subprojetos que já existiam, e tirar recursos dessas atividades afetaria a execução das metas desses subprojetos. Moara coloca também que a execução é desigual entre as UCs, e que algumas UCs que executaram 90% dos recursos seriam prejudicadas com a redução dos recursos devido ao corte. Paulo coloca que é importante considerar essa questão, de forma que as UCs que executam não sejam prejudicadas pelas UCs que não executam.

Rosa sugere que o desembolso complementar seja aprovado, mas que ao final deste biênio seja feita uma análise detalhada da execução e um exercício de colocar a realidade no planejamento para que não tenhamos perda no retorno dos investimentos.

A sugestão de Rosa é acatada, entretanto Moara comenta que precisamos de relatórios mais analíticos, que permitam avaliar os reais valores executados e os reais motivos da falta de execução. Manoel coloca que é preciso também avaliar estrategicamente a execução dos recursos, já que os maiores executores não necessariamente são os que estão caminhando melhor no atingimento das metas dos MRs. Arthur questiona quais são as principais causas de baixa execução, e Moara fala sobre as medidas que foram tomadas em 2015 para possibilitar a aceleração da execução (melhorias no sistema e procedimentos, oficina de planos de manejo). Ilana lembra que é neste momento que será possível sentir as melhorias que foram planejadas e postas em prática em 2015. Thiago complementa e sugere que o desembolso complementar seja aprovado e alocado nos POs, mas que o resgate só seja feito do FT após a aceleração da execução. Lembra ainda que as UCs que estão na Fase II podem vir a migrar ainda dentro deste POA para o Fundo de Transição.

**Deliberação 1**

**Aprovado o aporte adicional de R\$3 milhões. Esse aporte será realizado nos POs das UCs, mas o resgate do recurso fica condicionado à uma análise e verificação da necessidade, passados 6 meses da execução dos POs.**

Moara complementa que em conversa com a CGTER, concluiu-se que o planejamento dos recursos para Consolidação Territorial é mal planejado e de forma não estratégica. O MMA e a CGTER estão em conversa para definição de estratégias para viabilizar essas atividades de forma integrada, visando também ao aumento da execução nesse MR.

Thiago fala então sobre a comunicação do Programa. Está sendo retomada e reorganizada esta agenda, com maior envolvimento da ASCOM/MMA, contratação de profissionais para planejamento, manutenção e revitalização do site, produção e edição de conteúdo em curso.

Adriana Moreira fala da importância de realizarmos grandes eventos de divulgação do ARPA, como acontecia no passado. Em 2016 teremos várias oportunidades com workshop do projeto GEF em Lima, a COP Biodiversidade e o Congresso IUCN. Adriana fala também da possibilidade de publicações em grandes revistas e jornais da área. Moara lembra dos 5 processos de criação em andamento no sul do AM, e Adriana sugere um evento comemorativo com os parceiros internacionais.

1º Aditivo ao contrato de colaboração com a Anglo American assinado pelas partes em dezembro de 2015.

**V. Item 5 da pauta aprovada: Dados de Execução 2015 e Estratégias de Aceleração da Execução – PO 2016/2017**

Rosa apresenta os valores de execução até novembro de 2015 e posição do FT

<b>Período</b>	<b>Recursos Executados</b>	<b>Recursos Comprometidos</b>	<b>Total (Executados + Comprometidos)</b>
Acum. (Nov/14 a Set/2015)	R\$2,1 milhões	R\$1,0 milhão	R\$3,1 milhões
Diferença no período	R\$0,68 milhões	R\$0,04 milhões	R\$0,64 milhões
Acum. (Nov/14 a Nov/2015)	R\$2,78 milhões	R\$0,96 milhões	R\$3,74 milhões

Tabela 4: Execução recursos FT até nov/2015

Fonte	Em R\$	Em USD
Carteira Local (WWF, Anglo, Natura, Fund. Boticário)	R\$ 40.528.841	US\$ 10.367.819
KfW (FAP)	R\$ 72.610.466	US\$ 18.574.727
Carteira Internacional (GEF, WWF US)	R\$122.257.334	US\$ 31.275.059
Total	R\$ 235.396.641	US\$ 60.217.605

Tabela 5: Posição FT em nov/2015

Manoel apresenta as estratégias de aceleração da execução do programa a partir da reestruturação institucional do Funbio e das equipes técnicas e de estabelecimento de métricas de monitoramento. Outras ações como contratações temporárias, acompanhamento interno sistemático, melhorias no sistema Cérebro, padronização de solicitações e utilização do planejamento como solicitação. A reestruturação dos procedimentos para aquisição de bens; estabelecimentos de cronograma de solicitações e termos de doação guarda-chuva, contratos regionais e cartão de crédito para pequenas compras também foram apresentadas.

#### VI. Item 6 da pauta aprovada: BNDES - definição da estratégia de captação

Thiago informa que ainda não houve avanço em relação a nova proposta e segue a dificuldade de organizar o diálogo a respeito da alocação do recurso dentro do FT e no prazo do Fundo Amazônia. Rosa complementa dizendo que com esta extensão do Fundo Amazônia podemos pensar em retomar a proposta de R\$80 milhões e não mais de R\$ 20 milhões, até porque o prazo será estendido com certeza. Paulo ressalta que talvez seja possível aumentar o pedido para R\$100 milhões, considerando a inflação do período.

Paulo lembra do compromisso firmado anteriormente de que o recurso seria parte integrante do FT e ressalta que nossos mecanismos de controle são bons e podem auxiliar o BNDES no controle do projeto. Rosa diz que o MMA deveria fazer uma consulta à Noruega pedindo que seja aberta uma exceção para depósito dos recursos diretamente no Fundo de Transição, conforme demais doadores. Sugere também que o Comitê ofereça ao BNDES uma cadeira no CFT para que estes possam acompanhar a execução financeira. É possível assumir, assim como foi feito com a MAC, um compromisso de considerar os gastos realizados em determinado período como recurso do Fundo Amazônia, uma vez que não há distinção de doadores no momento da prestação de contas do FT. Moara pede que o Funbio auxilie o MMA na elaboração de um portfólio de apresentação do

FT, resgatando a experiência que tivemos com a primeira doação de R\$20 milhões para a Fase II ao Arpa.

#### **VII. Item 7 da pauta aprovada: Atualização sobre contrato de doação do KfW**

1º desembolso foi planejado para o final de 2015, mas com o acordo de que poderia ser em 2016. O acordo em separado está aguardando assinatura em Frankfurt, previsão de desembolso para março. O valor do desembolso pode ser acordado de acordo com a necessidade do Fundo. Também deve ser acordado se o recurso entraria em reais ou em dólares. Tais decisões deverão ser tomadas pelo Subcomitê Financeiro e levadas ao Christian até o final de janeiro.

Adriana coloca que o desembolso de todo o valor em real não seria a melhor estratégia. Paulo lembra que não precisamos internalizar todo o recurso no momento de liberação do desembolso. Desta forma, seria interessante recebermos o desembolso em euros para que os recursos fiquem rendendo no Fundo até o momento de necessidade de resgate e internalização em reais. Rosa sugere que seja realizado então um único desembolso dos 30 milhões, para que fiquem rendendo no Fundo.

<b>Deliberação 2</b>
<b>As definições do desembolso do KfW serão realizadas pelo subcomitê financeiro e informadas ao Christian o quanto antes para envio à Frankfurt.</b>

#### **VIII. Item 8 da pauta aprovada: Atualização sobre contratação novo gestor internacional**

Pré-qualificação; receberam a minuta em dezembro. Christian está aguardando resposta de Frankfurt para liberar a publicação do edital. Christian acredita que até junho teremos o processo finalizado.

#### **IX. Item 9 da pauta aprovada: Atualização sobre doação GEF e Suez**

Adriana fala sobre o Programa Paisagens Amazônicas (Sustainable Amazonian Landscapes): Brasil, Peru e Colômbia. O recurso destinado ao FT está alocado no componente 01 do projeto. Evento em Lima, final de janeiro para preparação do projeto, visando a integração entre as equipes, sair com o escopo já definido para a implementação. Grande vantagem do desejo do projeto que prevê objetivos comuns, mas ações individualizadas com temporalidades e agências implementadores distintas. Banco Mundial é a agência líder do projeto como um todo e Adriana ressalta a importância da participação da Moore Foundation e demais doadores. Para o Brasil, o cronograma é de preparação

de todo o desenho do projeto até dezembro. O total do programa é de US\$114 mi, a maior parcela de apoio é ao Brasil.

Rosa fala da negociação com a Suez. A sede em Paris definiu que seria realizada uma doação no valor de US\$1 milhão condicionada a um repasse de R\$4 milhões da Suez Brasil. Diante desta condição, a Suez Brasil declinou da doação ao FT.

**X. Item 10 da pauta aprovada: Apresentação institucional Anglo American**

Aldo Souza apresentou as ações de sustentabilidade da Anglo American focando em práticas adotadas pela empresa como compensação florestal, preservação e monitoramento de fauna e flora, combate a incêndios e educação ambiental.

**XI. Item 11 da pauta aprovada: Encerramento e confirmação das datas das próximas reuniões do CFT**

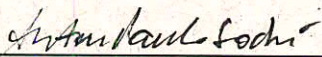
Acordadas as datas das reuniões do CFT em 2016: 14 de abril (RJ), 14 de julho (BSB) e 17 de novembro (RJ).

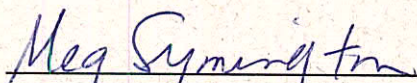
Paulo reforça mais uma vez que quando possível a reunião do CP deve ser agendada conjuntamente com a do CFT, e nesse caso ambas as reuniões seriam realizadas em Brasília. Thiago irá verificar a possibilidade de fazer a reunião de abril de forma consecutiva ao CP.

Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião. Lavrada esta ata, lida e achada conforme, assinam-na o Presidente e os membros presentes, bem como a secretária e os demais integrantes da Secretaria Executiva do CFT presentes à reunião.

Brasília, 14 de janeiro de 2016.

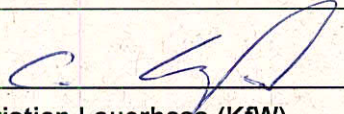
**Membros do CFT:**

  
\_\_\_\_\_  
Antonio Paulo Sodré (WWF/Brasil)

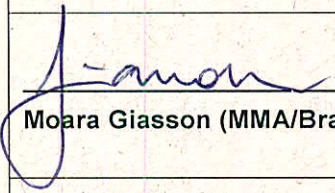
  
\_\_\_\_\_  
Meg Symington (WWF/US)



\_\_\_\_\_  
Avecita Chicchón (Moore Foundation)

  
\_\_\_\_\_  
Christian Lauerhass (KfW)

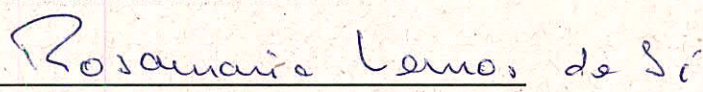
\_\_\_\_\_  
Arthur Liacre (Anglo American)

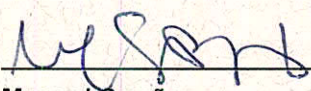
  
\_\_\_\_\_  
Moara Giasson (MMA/Brasil)

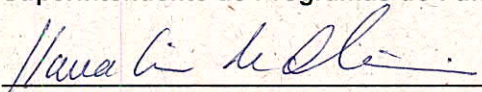
Consultor Intrínseco:

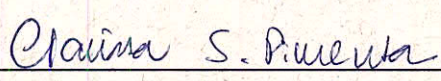
  
\_\_\_\_\_  
Antonio Sena (ICMBio)

Secretaria Executiva do CFT:

  
\_\_\_\_\_  
Rosa Lemos de Sá  
Secretaria Geral do Funbio

  
\_\_\_\_\_  
Manoel Serrão  
Superintendente de Programas do Funbio

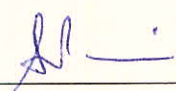
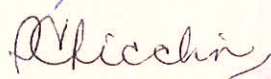

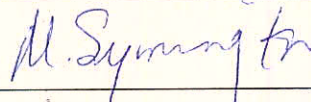
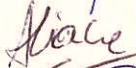
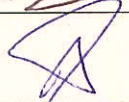
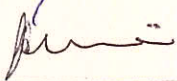
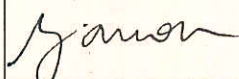
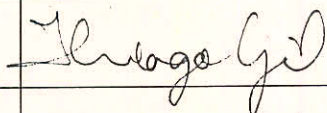

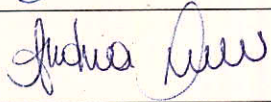
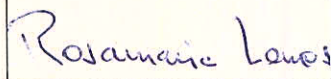
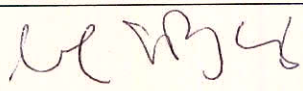
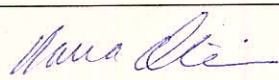
  
\_\_\_\_\_  
Ilana Nina de Oliveira  
Gerente do Programa Arpa no Funbio

  
\_\_\_\_\_  
Clarissa Scofield Pimenta  
Assistente do Programa Arpa no Funbio

## Reunião do Comitê do Fundo de Transição - 14/01/2016

MMA – Brasília

### LISTA DE PRESENÇA – 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO

Nº	Nome	Instituição	Contato	Assinatura
1	Antonio Paulo de A. Sodré	WWF-BR	apasodre@gmail.com	
2	Avecita Chicchon	Fundação Moore	avecita.chicchon@moore.org	
3	Christian Lauerhass	KfW	christian.lauerhass@kfw.de	
4	Meg Symington	WWF-US	meg.symington@wwfus.org	
5	Arthur Liacre	Anglo American	arthur.liacre@angloamerican.com	
6	Aldo Souza	Anglo American	aldo.souza@angloamerican.com	
7	Adriana Moreira	Banco Mundial	amoreira@worldbank.org	
8	Moara Giasson	Diretor DAP/MMA	moara.giasson@mma.gov.br	
9	Thiago Barros	Coordenador ARPA/MMA	thiago.barros@mma.gov.br	
10	Lilian Hangae	Consultor Intrínseco/ ICMBio-DIMAN	lilian.hangae@icmbio.gov.br	
11	Antonio Sena	Coordenador de Projetos Especiais/ ICMBio-COPES	antonio.sena@icmbio.gov.br	
12	Andrea Leme	WWF/Brasil	andreasilva@wwf.org.br	
13	Rosa Lemos	Secretaria Executiva/Funbio	rosa.lemos@funbio.org.br	
14	Manoel Serrão	Coordenação/Funbio	manoel.serrao@funbio.org.br	
15	Ilana Nina	Gerência ARPA/Funbio	ilana.nina@funbio.org.br	
16	Clarissa Pimenta	ARPA/Funbio	clarissa.pimenta@funbio.org.br	